

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 19/2011

Período: 09/07/2011 – 15/07/2011

GEDES – Brasil

- 1- Coluna opinativa afirma a importância da indústria aeroespacial para o Brasil
- 2- Governo apoia comitês locais a favor de mudanças em texto da criação da Comissão da Verdade
- 3- Investimentos na Marinha custam R\$ 120 milhões mensais ao governo
- 4- Ministério Público Federal move ação contra três policiais que atuaram no regime militar.
- 5- Religiosos utilizaram avião da FAB para viagem entre Rio de Janeiro e Campo Grande
- 6- Governo brasileiro apoia mudanças no efetivo da Minustah
- 7- Câmara aprova anistia para ex-militares da FAB
- 8- Documentos ultrassecretos: Abaixo-assinado a favor do fim do sigilo eterno
- 9- Colunista discorre sobre o regime militar brasileiro
- 10- Brasil e Colômbia dependem de finalização do acordo de cooperação militar para iniciar operações nas fronteiras

1- Coluna opinativa afirma a importância da indústria aeroespacial para o Brasil
Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo* Fleury Curado, presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), afirmou que a competitividade da indústria nacional suscita riquezas, através de inovações e progresso tecnológico, e influencia positivamente outros setores da economia. Segundo Curado, o Brasil não apresenta um histórico de inovações tecnológicas, entretanto, existem setores nos quais o país é bem sucedido, como é o exemplo da indústria aeroespacial. Curado recordou que, após a Segunda Guerra Mundial, o país percebeu a necessidade de desenvolver esse ramo da indústria, essencial à proteção da soberania nacional e, nesse contexto, emergiram o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Segundo Curado, o Brasil possui, hoje, um alto nível de autonomia no setor aeroespacial, cerca de 75% da frota da Força Aérea Brasileira é fabricada ou aperfeiçoada no país pela Embraer. De acordo com Curado, o mercado mundial de aviação comercial vem se tornando mais competitivo e, nesse sentido, o papel do Estado para motivação e proteção de suas indústrias, bem como o papel regulador de organizações internacionais, mostram-se essenciais. No caso brasileiro, Curado asseverou que é necessário um esforço conjunto entre Estado e setor privado para que a indústria nacional permaneça competitiva e se expanda, implicando em benefícios para o país no que tange os aspectos sociais, econômicos e de infra estrutura. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 09/07/11)

2- Governo apoia comitês locais a favor de mudanças em texto da criação da Comissão da Verdade

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, vítimas do regime militar (1964-1985) e representantes das mesmas estão se organizando em 18 comitês, espalhados por diversos estados brasileiros, com a finalidade de reunir documentos e pressionar por mudanças no texto original sobre a Comissão da Verdade. Segundo o grupo, a Comissão não terá validade se não julgar os crimes de mortes, torturas e desaparecimentos ocorridos durante o regime. O texto original, enviado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, procuraria evitar conflitos com o Supremo Tribunal Federal, que validou a Lei da Anistia, não julgando os militares envolvidos em tais crimes. O atual governo apoia a formação de tais comitês, por meio da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, e defende que o texto original seja mantido e aprovado em caráter de urgência, pois teme que a demora do processo inviabilize a criação da comissão. (*Folha de S. Paulo – Poder - 10/07/11*)

3- Investimentos na Marinha custam R\$ 120 milhões mensais ao governo

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo está investindo R\$ 120 milhões mensais na construção de novos equipamentos para a Marinha brasileira. O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub), considerado fator estratégico para a defesa nacional, conta com orçamento de R\$ 1,5 bilhão, e destina-se à construção de submarinos e navios. Tal modernização da frota possibilitará que a Marinha proteja interesses nacionais na costa do país, como o alto fluxo de comércio por vias marítimas e grandes reservas de metais preciosos, além da ampla área do pré-sal. Além das embarcações, investiu-se também na construção da Usina de Gás de Urânio, no interior de São Paulo, que permitirá a produção completa de combustível nuclear, com projeção de 40 toneladas por ano. A expectativa é de que, em 2016, ambos os projetos sejam acoplados e que, cinco anos mais tarde, um navio de 4.1 mil toneladas movido à energia atômica entre em operação. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 15/07/11, a presidente da República Dilma Rousseff visitará no Rio de Janeiro o ProSub. O programa iniciará a construção de quatro submarinos tipo Scórpe, de tecnologia francesa, que precedem modelo pesado, de propulsão nuclear. De acordo com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, "as duas plataformas são interdependentes. Para chegar à classe SN-Br, atômica, será preciso desenvolver os S-Br, que usam motores diesel-elétricos". Dilma visitará também o canteiro de obras de um novo estaleiro e a nova base de operações em construção em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Cada navio de propulsão atômica está estimado em 550 milhões, sendo o primeiro em 2 bilhões, dividido os custos de transferência de tecnologia e outras capacidades por parte da empresa francesa, DCNS. Ainda segundo o jornal, no longo prazo, a Marinha contemplará uma frota de 6 submarinos nucleares e mais 20 convencionais, sendo 15 novos e 5 revitalizados, além dos torpedos e mísseis, o que a tornará a mais poderosa força dissuasória do continente. (O

Estado de S. Paulo – Nacional - 10/07/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/07/11)

4- Ministério Público Federal move ação contra três policiais que atuaram no regime militar

De acordo com os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo (SP) considera impugnar a medida aprovada pela juíza Diana Brunstein, da 7.^a Vara Federal Cível, que abdicou de aplicar punições a três policiais civis, que teriam cometido crimes "a serviço e nas dependências de órgãos da União", no decorrer do regime militar (1964-1985). Os acusados são os delegados Laertes Calandra, David dos Santos Araújo e Dirceu Gravina. A juíza Brunstein, que julgou o caso em março de 2011, fundamentou sua sentença através da Lei de Anistia (1979). Em relação à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que, em novembro de 2010, ordenou ao Brasil que julgasse possíveis crimes cometidos no regime militar, a juíza afirmou que a instituição não havia aprovado a decisão até a data do seu julgamento. O MPF discordou e alegou que houve um "erro de fato" na decisão de Brunstein. Além disso, o órgão federal solicitou que haja punições aos três policiais. Segundo a procuradora Eugênia Augusta Gonzaga, o Brasil deve seguir a decisão da CIDH "sob a alegação de prevalência do direito constitucional interno, pois é este mesmo direito constitucional que vinculou o Estado à autoridade do tribunal internacional". O criminalista Paulo Esteves, defensor dos três policiais, afirmou que eles negam qualquer envolvimento com esses crimes e que não existem provas materiais contra os acusados (*Correio Braziliense – Brasil – 12/07/11; O Estado de S. Paulo – Nacional - 12/07/11*)

5- Religiosos utilizaram avião da FAB para viagem entre Rio de Janeiro e Campo Grande

O periódico *Folha de S. Paulo* informou que um turbo-hélice Embraer C-97 da FAB (Força Aérea Brasileira) transportou 25 religiosos do Rio de Janeiro até Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Segundo informações do jornal, o avião da FAB passou oito horas no aeroporto de Campo Grande esperando os religiosos, para trazê-los de volta ao Rio. A FAB informou que os religiosos aproveitaram um serviço oferecido regularmente pelo Correio Aéreo Nacional (CAN) a qualquer pessoa que compareça a um posto do serviço e preencha uma ficha de inscrição com cópias da identidade, CPF e comprovante de residência. Além destas informações, como justificativa para a espera do retorno dos passageiros, a FAB informou que havia não apenas disponibilidade de tripulantes como também horas de vôo a serem cumpridas. (*Folha de S. Paulo – Poder – 13/07/2011*)

6- Governo brasileiro apoia mudanças no efetivo da Minustah

Segundo informações veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro tem apoiado mudança do perfil das tropas que compõem a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (Minustah), além da redução de seu efetivo, cuja força militar é liderada pelo Brasil. Antonio de Aguiar Patriota, ministro das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que a intenção é de, cada vez mais, enfatizar a dimensão civil da missão, reforçando, por exemplo, a presença de engenheiros e médicos. De acordo com Igor Kipman, embaixador do Brasil no Haiti, discute-se a redução do contingente brasileiro para a quantidade de militares que estavam no país antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. A função destes militares é garantir a segurança e estabilidade na capital haitiana. Segundo o jornal, espera-se que, quanto a isso, se chegue a um consenso no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas antes de outubro, mês em que deverá ser renovado o mandato da missão de paz no país. (Folha de S. Paulo – Mundo – 13/07/2011)

7- Câmara aprova anistia para ex-militares da FAB

De acordo com notícia veiculada no jornal *Correio Braziliense*, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara Federal de Deputados aprovou no dia 13/07 o reconhecimento da anistia política a 495 ex-militares da Força Aérea Brasileira (FAB). Os mesmos tiveram o benefício anulado em 2004 pelo Ministério da Justiça, visto que o governo alegava que nem todos os integrantes do grupo possuíam a patente de cabo em 1964, quando um movimento contra o golpe militar daquele ano foi realizado por membros da FAB. Antes de ser votada em plenário, tal decisão será enviada à Comissão de Constituição e Justiça. (Correio Braziliense – Notas – 14/07/11)

8- Documentos ultrassecretos: Abaixo-assinado a favor do fim do sigilo eterno

Segundo veiculou o jornal *O Estado de S. Paulo*, um abaixo-assinado criado há duas semanas na internet já reuniu cerca de 4,3 mil assinaturas em defesa do fim do sigilo eterno de documentos oficiais. O manifesto é uma iniciativa do Movimento Brasil Aberto, criado em fevereiro de 2011 para defender o acesso à informações em poder do governo federal. Referido abaixo-assinado é a favor da aprovação pelo Senado da Lei de Acesso à Informação tal como chegou da Câmara, restringindo a no máximo 50 anos o sigilo de documentos classificados como ultrassecretos. Uma carta aberta à presidente da República Dilma Rousseff assinada por políticos, intelectuais e entidades sociais acompanha o abaixo-assinado. Na mesma, ressalta-se que o acesso à informação está previsto na Constituição Federal, além de ser considerado um direito humano básico pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um dos assinantes da carta, o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Junior, apontou que existem fatos sonegados e que se encontram inacessíveis, como por exemplo, os referentes à Guerrilha do Araguaia durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Assim, segundo Reale Junior, não se sabe se tais dados ainda existem ou qual o

interesse em acobertá-los. As assinaturas deverão ser enviadas ao Senado assim que o projeto referente à Lei de Acesso à Informação entrar em pauta, de forma a tentar pressionar os parlamentares a aprovar o fim do sigilo. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/07/11)

9- Colunista discorre sobre o regime militar brasileiro

De acordo como jornal *O Estado de S. Paulo*, em coluna opinativa, João Mellão Neto, analisou o regime militar brasileiro (1964-1985) a partir de suas lembranças pessoais. Neto afirmou que, no início do período militar, o governo alcançou 80% de aprovação popular, contudo, durante seu período de faculdade, percebeu que, por outro lado, os militares cometiam atos de tortura e assassinatos sem piedade, além disso, a economia agravava as diferenças sociais. Em decorrência destes fatos, Neto ingressou no movimento estudantil, foi preso e interrogado pela polícia. A partir desta análise pessoal, Neto concluiu que “Em termos de História, ninguém é capaz de interpretar os fatos mais recentes com a necessária isenção. Ainda há muita paixão envolvida neles.” Por isso, segundo ele, existem três versões sobre o regime militar: a dos militares, segundo a qual eles interviram devido aos desmandos dos políticos da época e ali permaneceram por não falta de civil que pudesse encaminhar a revolução; a dos civis, que apoiaram o regime e posteriormente se desiludiram, ao perceber que a democracia havia sido eliminada; e, por fim, a dos que se opuseram desde o início, entendendo que o que havia se instalado era uma ditadura de direita com a finalidade de acabar com os movimentos populares e aumentar ainda mais a concentração de renda. Neto recordou que a luta entre os militares e os denominados guerrilheiros levou ao recrudescimento do regime, aos chamados “anos de chumbo”, no entanto, com o passar dos anos, regime foi obrigado a se abrir devido ao autoritarismo à queda dos índices de crescimento econômico. Segundo o jornalista, com a redemocratização, o país sofria com inflação e descontentamento, porém, a Constituição Federal de 1988, possibilitou a reparação financeira àqueles que foram prejudicados pelo regime militar, dando origem à Comissão de Anistia, em 2001, e o mecanismo que seria passageiro, tornou-se permanente. Segundo o autor, isso tem custado anualmente R\$ 4 bilhões, o que segundo o autor ocorre devido aos “generosos e seletivos” pareceres da Comissão de Anistia, que contempla militantes de esquerda. Neto questionou as motivações da criação da Comissão, bem como a finalidade da Comissão da Verdade, argumentando que, em sua percepção, ela foi criada apenas para apurar as violações dos direitos humanos por parte do regime de exceção, não atendendo as centenas famílias daqueles que morreram em decorrência da ação de guerrilheiros. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 15/07/11)

10- Brasil e Colômbia dependem de finalização do acordo de cooperação militar para iniciar operações nas fronteiras

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Brasil e Colômbia darão início a uma operação conjunta de vigilância das fronteiras com o propósito de combater o tráfico de drogas, pessoas e armas na região. O início das atividades depende apenas da assinatura de acordo entre ambos países, o qual se encontra em processo final. O motivo principal para a operação, segundo o jornal, seria a instalação do cartel mexicano próximo à fronteira noroeste do Brasil, devido ao enfraquecimento das Forças Armadas Revolucionária da Colômbia (Farc) nesta área. . O acordo a ser assinado prevê que os 1.644 quilômetros de fronteiras entre Brasil e Colômbia sejam protegidos por ambas as Forças Armadas (FA), com seus sistemas de vigilância integrados. Isso dificultaria que a região se tornasse um entreposto comercial do tráfico de drogas, uma vez que chefes do cartel mexicano tem migrado para a Colômbia devido à dificuldade de desenvolver suas atividades na fronteira entre Estados Unidos e México. A preocupação do governo brasileiro, de acordo com o jornal, decorre da vulnerabilidade da região denominada Cabeça do Cachorro, no noroeste do Amazonas, na qual existe uma malha de “rios entrantes”. Assim sendo, o acordo estabelece uma faixa de rios na qual militares brasileiros e colombianos poderão percorrer dentro de cada um dos países envolvidos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/07/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora,

graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)